

30 representatividades para esta discussão) a lei também garante a
31 participação da comunidade é um ponto central para se perguntar se isso
32 é um problema) Espaço coletivo para discussão, sistematização e
33 apropriação dos instrumentos teóricos e práticos; (o sujeito tem que
34 compreender a importância deste projeto, ser formador e nesta
35 perspectiva é a mediação que o indivíduo vá buscar o que é necessário, é
36 o plano de trabalho que vai me dizer qual é o meu papel, estabelecendo
37 rotina, organizar com o outro com troca, com formação, é o momento de
38 reflexão de nossa prática e a forma como estou fazendo) Condições para
39 reflexão teórica e busca de novas formas de relações sociais, (que tipo de
40 realidade, dentro da realidade o instrumento e decide como será a linha,
41 uma proposta de escola, a cara da escola , tipo de política que vai pautar
42 a escola, é a nossa prática) evitando a verticalização na tomada de
43 decisões; Busca por ações coletivas, visando a transformação da
44 realidade junto aos que fazem o cotidiano escolar. Primeiro Movimento:
45 Diagnóstico da escola e de
46 seu território: a escola que temos e a escola que queremos: Qual sua
47 história? Resgate da História da escola. • Quem são seus estudantes?
48 Classe, origem, histórico escolar? Quais são suas expectativas em
49 relação à escola? • Em qual comunidade geográfica e cultural a escola
50 está inserida? • Qual a situação atual e as perspectivas da escola?
51 (considerando os documentos da legislação pertinente: Currículo da
52 Educação Básica, Proposta Pedagógica, Diretrizes e Orientações
53 Pedagógicas). • Quais os principais problemas identificados? (se tenho
54 isso claro, tenho o norte de como trabalhar, a escola não pode fugir dos
55 seus problemas. A grande questão é a análise real dos problemas da
56 minha escola, a dimensão da escola pedagógica, não existe gestão
57 pedagógica e gestão administrativa na escola, tudo é gestão pedagógica,
58 por causa do meu aluno, toda legislação aponta para a criança, quanto

59 mais se trabalha com inclusão, mais desafios vamos ter. fazer um levanto
60 real, porque a escola não é nossa, a escola é de todos e com isso, crio um
61 plano de trabalho). Segundo Movimento: as concepções que
62 fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas na escola O que
63 é educação pública? • O que é qualidade social em educação na escola
64 pública? • Como podemos traduzir a qualidade social da educação em
65 nossas Quais os valores que orientam nossas práticas pedagógicas? • O
66 que significa educar para a sustentabilidade, para a diversidade, para a
67 cidadania e educação em e para os direitos humanos? • O que o grupo
68 entende que seja a função social da escola pública? Qual é sua
69 finalidade? • Quais as concepções e práticas de gestão pedagógica e
70 administrativa defendidas pelo grupo? práticas pedagógicas? (tenho que
71 ter coerência, concepção de educação, de poder público para organizar)
72 O princípio da gestão democrática é justamente a coerência entre
73 princípio, meio e fim) Olhar a coerência Questões de nomenclatura devem
74 ser discutidas em outra instância. Quais as concepções do grupo sobre:
75 currículo escolar; avaliação da aprendizagem institucional, de redes;
76 gestão escolar; formação continuada na escola; educação integral; escola
77 inclusiva; considerando as etapas/modalidades ofertadas pela escola
78 (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos,
79 Ensino Especial)? • Qual o entendimento do grupo sobre escola inclusiva
80 (estudantes AEE, com transtornos funcionais, heterogeneidade, garantia
81 do direito à aprendizagem)? • Unidades Escolares com organização
82 escolar em Ciclos e em Semestres, devem-se discutir as concepções do
83 grupo. • Unidades escolares com organização escolar seriada, devem-se
84 discutir as concepções do grupo. Desse movimento de elaboração teórica
85 será possível definir qual a filosofia da Escola, o que pensa o grupo que a
86 compõe e que o diferencia de outros grupos, ou seja, a definição de sua
87 função social, dos objetivos institucionais, de sua finalidade, das razões

88 para sua existência, reafirmando sua intencionalidade educacional. Ou
89 seja: definição da função social deve ser clara e objetiva, respondendo à
90 questão: Para que existe a escola pública? Terceiro Movimento:
91 discussão e elaboração do Plano de Ação ações e projetos que a escola
92 desenvolveu no ano anterior, avaliados como importantes para serem
93 mantidos; • novas ações e projetos sugeridos para resolver situações e
94 problemas identificados pelo grupo, como índice de evasão e reprovação,
95 estudantes com defasagem idade/ano de escolaridade, estudantes com
96 necessidades específicas de aprendizagem e índice do IDEB e não
97 aprendizagem; • ações no campo da convivência escolar: indisciplina,
98 violência, uso de drogas, preconceitos, discriminação. ações voltadas à
99 construção e valorização da identidade dos sujeitos, fortalecendo
100 sentimentos de pertença. • ações para a formação continuada dos
101 profissionais da educação no espaço-tempo da coordenação pedagógica
102 na escola. Como elaborar um Plano de Ação que atenda as situações
103 identificadas no diagnóstico da escola e explicita claramente como o
104 grupo pretende implementar, acompanhar e avaliar seu Projeto Político-
105 Pedagógico? Quais projetos/ações serão desenvolvidos para a
106 consecução da Missão da escola e o alcance de seus Objetivos? Um
107 Plano de Ação compõe-se de: a) Objetivos: Expressam os resultados
108 esperados com o desenvolvimento do Projeto ou ação. Exemplos: •
109 Melhorar o desempenho escolar dos estudantes dos Anos iniciais do
110 Ensino Fundamental. • Desenvolver uma formação crítica e reflexiva dos
111 estudantes do anos iniciais do Ensino Fundamental. • Reduzir os índices
112 de evasão e repetência com a adoção de práticas avaliativas formativas. •
113 Implementar metodologias em sala de aula que garantam uma
114 participação mais efetiva do estudante na construção do conhecimento.
115 b) Metas: Expressam área de abrangência, quantidade do efeito e período
116 – parcelas de tempo previstas para obter certo resultado colocado por um

117 objetivo. Um objetivo pode sinalizar várias metas. As metas são
118 quantificáveis. Ex: Reduzir, ao final de 2027, em 20% os índices de
119 reprovação e evasão nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo:
120 2024 - 5%; 2025 - 10%; 2026 - 20%. c) Ações: São
121 atividades/procedimentos exequíveis propostos para o alcance de uma
122 meta ou objetivo. As ações possibilitarão o alcance dos objetivos e
123 finalidades da Escola. Para isso, devem ser propostas ações nas
124 dimensões: pedagógica, administrativa e financeira do trabalho escolar.
125 Exemplos de Ações – dimensão pedagógica: • Estudos sobre temáticas
126 relacionadas ao processo ensino e aprendizagem durante o ano letivo de
127 2024, com o envolvimento e Coordenação pedagógica e dos demais
128 profissionais da educação. Reuniões quinzenais para estudar a
129 Psicogênese da Linguagem Escrita nos encontros mensais durante o ano
130 letivo de 2024 com especialistas e professores da área de alfabetização.
131 d) Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico: O
132 acompanhamento e a avaliação do Projeto pressupõem reflexão com
133 base em dados “[...] concretos sobre como a escola organiza-se para
134 colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico” (VEIGA, 1996, p.32).
135 Esse processo pressupõe: a avaliação da organização do trabalho
136 pedagógico da escola como um todo. Para garantir sua consecução deve
137 ser explicitada a periodicidade em que ocorrerão as avaliações, bem
138 como os procedimentos/instrumentos que serão utilizados para avaliar
139 (fichas, questionários, encontros, assembleias, reuniões, etc.)
140 REFERÊNCIAS Secretaria de Educação do GDF. Orientação pedagógica,
141 Projeto Político-Pedagógico e Coordenação pedagógica nas escolas.
142 Brasília. 2014. 42. p. Neste momento, foi aberto espaço para
143 questionamentos dos presentes. Em relação a hora atividade, para
144 elaborar a formação deve ser feito o levantamento para isso e se preparar,
145 desta forma, entende que o pedagogo deva ter hora atividade. Presidente:

146 Quando tenho um planejamento, tenho menos problemas, os PPP's estão
147 chamando formação para a escola? Para garantir isto, deve estar no PPP.
148 Isso deve ser uma demanda da escola e aí sim poderá ser revista a
149 Deliberação da Hora Atividade. Pedagoga, fez pesquisa e percebeu que
150 não há nada sobre hora atividade para pedagogo. Presidente - Hora
151 atividade é demanda sindical. Pedagoga: precisa ver de que forma farão
152 esta organização. Presidente – Por isto deve estar registrado no PPP.
153 Como vou organizar? Parar de apagar incêndio. Quem organiza a hora
154 atividade nas escolas, são vocês pedagogos, por isso o tempo e o espaço
155 que entra no plano de ação. Pedagoga, essa construção é durante o ano
156 ou do ano anterior? Presidente- a Deliberação diz que o PPP tem um ano
157 para ser reestruturado e em dezembro receberemos o definitivo,
158 Pedagoga – este PPP será sobre 2023 para 2024 ou os dois anos para
159 2025? Presidente – para 2025. O Conselho não estipulou prazo para a
160 construção do PPP, mas sim, que ele deverá estar pronto e encaminhado
161 ao COMED até dezembro do corrente ano. A Conselheira Bianca, explicou
162 aos presentes que quanto a questão de prazos é porque existe uma
163 metodologia de trabalho, sendo treze diretores de departamento para
164 corrigirem setenta e três PPPs. Se não limitar data para a entrega de
165 correções destes projetos, não conseguirão corrigi-los antes de
166 encaminhá-los ao Conselho Municipal de Educação/COMED. Por este
167 motivo, os prazos para a SEMEDI são estabelecidos. Nem todas as
168 escolas entregaram no prazo e isso se torna muito moroso. Presidente –
169 até março o propósito era vir no primeiro momento parte da escrita. Isso é
170 algo muito real, o ajuste agora é maior. A primeira parte tem que vir mais
171 estruturada. Mary está propondo uma nova metodologia para a SEMEDI e
172 não discordando do trabalho, apenas sugerindo. Bianca – não queremos
173 apenas um documento, ver a escola, a instituição, que o PPP seja a
174 identificação daquela escola. Manuelle Rueda – mediante todo o prazo o



175 que foi visto é que os PPPs estão com um trabalho muito bom. Pedagoga
176 – em relação a questão de inclusão e que percebem que a criança não
177 tem condições. Presidente - A nova Deliberação da Educação Especial diz
178 que é a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral que
179 encaminhará esta criança. Nada mais havendo a registrar, eu, Ana Cristina
180 de Campos Martins, Secretária Geral do COMED, lavro a presente ata que
181 vai assinada por mim, pela Presidente do COMED, pelas Conselheiras
182 acima nominadas e quanto aos demais presentes segue a lista de
183 presença. _____

184 _____
185 _____.

7